

A PRESENÇA DA QUESTÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Thais Silva Granja¹

Giselia dos Santos P. Carmo²

Resumo

A questão racial sempre foi motivo de debate nos meios de comunicação e na sociedade em geral. Sabendo da importância das discussões acerca das questões raciais, em especial, no ambiente escolar, é que realizamos o presente estudo que tem como objetivos analisar a presença da questão racial no cotidiano escolar, conceituar questão racial, identificar as principais políticas públicas nacionais relacionadas ao racismo e compreender como as questões raciais, em especial, o racismo, se manifesta em uma instituição privada de ensino na cidade de Anápolis, Goiás. Conclui-se com esta pesquisa que o preconceito racial é um fenômeno histórico na sociedade brasileira. Apesar de haver um discurso de negação do racismo, este está presente no cotidiano das pessoas e, em especial, na escola. No ambiente escolar, o racismo acontece como em outros espaços, na maioria das vezes ele é negado, camuflado, mas está presente e se manifesta através de músicas, brincadeiras.

Palavras-chave: Questão Racial. Ações Afirmativas. Racismo. Ambiente Escolar.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que no Brasil e no mundo existem várias formas de preconceito. Um desses preconceitos diz respeito à questão racial. Apesar do racismo ser discutido e combatido na mídia e em outros espaços da sociedade, em muitas escolas percebemos atitudes e ações de preconceito racial, isso por que as raízes do racismo são históricas.

Partindo da ideia de que nossa sociedade é uma sociedade onde o racismo está presente, o presente artigo propõe seguinte problematização: como a questão racial está presente no cotidiano escolar? Para buscarmos as respostas para tal questão propusemos como objetivos de pesquisa conceituar questão racial, identificar as principais políticas públicas nacionais relacionadas ao racismo e compreender como as

¹ Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

² Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Professora do ISE/Uni EVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa.

questões raciais, em especial, o racismo, se manifestam em uma instituição privada de ensino na cidade de Anápolis, Goiás.

Para que os objetivos fossem alcançados utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista com questões semiestruturadas realizada com uma diretora e uma professora da 1ª fase do Ensino Fundamental de uma escola privada da cidade de Anápolis, Goiás. Os dados foram colhidos no mês de setembro de 2016 e a análise foi feita de maneira qualitativa a partir dos aportes teóricos presentes no trabalho.

Para compreendermos o objeto de estudo da pesquisa dividiu-se o artigo em três momentos. No primeiro buscamos discutir conceitos de termos e palavras ligadas ao nosso objeto de estudo. O entendimento acerca de alguns conceitos é ponto de partida para compreendermos outras questões. No segundo momento, buscamos compreender a legislação nacional e/ou ações afirmativas do Estado a respeito das questões raciais e, por fim, buscamos investigar se o racismo está presente em um ambiente escolar de Ensino Fundamental e, estando presente, como ele se manifesta.

1. Conceitos fundamentais

Um dos temas mais debatidos na atualidade é a questão racial. Isso por que, nas últimas décadas a sociedade brasileira tem se democratizado e grupos antes excluídos, estão alcançando direitos e maior participação social. Entretanto, o acesso aos direitos nem sempre vem acompanhado de igualdade e respeito. A democracia e a isonomia formal, isto é, que estão presentes na constituição, não equivalem à democracia e cidadania substantiva, ou seja, na prática e no cotidiano.

No que diz respeito à igualdade e ao respeito às diferenças raciais no ambiente escolar, isto ainda é um desafio. Para iniciarmos a discussão acerca da presença da questão racial no ambiente escolar, definiremos *a priori*, alguns conceitos fundamentais para tal discussão.

O primeiro conceito a ser discutido é o mito da democracia racial. Esse mito teve início no século XIX. Para alguns intelectuais, o Brasil, por abrigar diversos grupos étnicos como brancos, índios, negros e outros, viveriam em harmonia entre os diferentes grupos que compunha a sociedade brasileira. A diversidade étnica, típica do povo brasileiro,

levaria conseqüentemente à tolerância, a harmonia racial e a democracia. O racismo seria então um problema de países como os Estados Unidos e África do Sul. (SANTOS, 1984).

Para muitos adeptos dessa corrente de pensamento, no Brasil, os negros teriam as mesmas oportunidades de igualdade e ascensão social e econômica que os brancos. Entretanto, na prática o mito da democracia racial brasileira, foi e ainda é uma tentativa de mascarar os reais problemas enfrentados pelos negros brasileiros ao longo da história. Do século XVI ao XIX os negros, por serem escravos, eram apenas mercadorias, passíveis de ser comprados, vendidos ou trocados.

Após a abolição da escravatura em 1888, a situação do negro sofreu poucas alterações, ele não era mais escravizado, mas ficou relegado ao subemprego e a margem dos direitos que lhe conferiria a cidadania. O escravismo foi abolido pela lei áurea, o racismo, o preconceito, a discriminação e a marginalização da comunidade negra no Brasil, continuam a existir e se estende até os nossos dias. (GUIMARÃES, 2001).

A democracia racial foi “uma tentativa de resolver a questão racial negra, porém não significou um esforço em combater as desigualdades de renda e de oportunidades sociais entre brancos e negros” (GUIMARÃES, 2001, 125). Ao se criar o mito da democracia racial, tentou-se apenas cultural e ideologicamente combater a discriminação e o preconceito. Todavia, o fato de se, negar o preconceito e o racismo, ou mesmo encobri-los, não resolverá a situação da comunidade negra brasileira e não levará à superação do racismo que está enraizado em diversos setores da sociedade.

Outro conceito importante no contexto da temática em questão é o racismo. A palavra racismo tem sua origem em raça, que de acordo com o dicionário de Ciências Sociais:

É uma subdivisão de uma espécie, cujos membros individuais mostram, com relativa frequência, um certo número de atributos hereditários que se associaram uns aos outros, de certa forma através de um grau considerável de procriação consanguínea entre os antepassados do grupo durante parte substancial de sua evolução recente. (BRASIL, 1987, p. 1022).

No século XIX o conceito de raça foi muito utilizado pelas nações colonizadoras europeias dentro do contexto do imperialismo e neocolonialismo. Ao longo desse século a suposta superioridade do homem branco foi utilizada para legitimar a colonização da Ásia e da África. Nesse sentido, a raça branca seria naturalmente superior e mais civilizada que as demais. Entretanto desde o início do século XX, o termo raça vem sendo contestado por geógrafos, antropólogos, etnólogos, pois de acordo com D' Adesky (2001) não é um conceito operacional, uma vez que para a ciência, não é possível afirmar que existe raça pura como afirmaram os colonizadores do século XIX e nazistas.

De acordo com o autor, todos os seres humanos são como mosaicos genéticos. A ideia de uma raça pura seria, portanto, equivocada do ponto de vista ético e político cientificamente incorreta. Santos (1984) afirma que o termo raça é incorreto já que nós, seres humanos, somos de uma única espécie: a humana. Para muitos historiadores, antropólogos, etnólogos, geógrafos e outros cientistas sociais o termo correto para nos referirmos a um grupo específico de pessoas é etnia. De acordo com o dicionário de Ciências Sociais:

O termo etnia, em geral, é empregado na literatura antropológica para designar um grupo social que se diferencia de outros grupos por sua especificidade cultural. [...] para alguns autores, entretanto, a noção de etnia supõe uma base biológica, i, e., um grupo com características raciais próprias. Isto significa que etnia pode ser definida tanto por uma cultura como uma raça, ou por ambas. O problema conceptual suscitado por essa questão diz respeito ao uso do termo etnia como substituto de raça, termo que foi eliminado do vocabulário das ciências sociais por seu conteúdo biológico. Isso ocorreu muito mais por razões de ordem ética e política do que científica: os excessos do racismo, que contaminaram o conceito científico de raça, estes dois conceitos não podem ser tomados como sinônimos. (BRASIL, 1987, p. 435).

Mesmo o termo raça não sendo utilizado por muitos cientistas sociais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE ainda utiliza essa denominação. Para o IBGE, existem as seguintes opções de raça: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Segundo o Instituto, quem define a que raça pertence uma pessoa é a própria pessoa declarante. Nesse aspecto, as pesquisas mostram que dos 190 milhões de brasileiros, 91 milhões se classificam como brancos (47,7%), 15 milhões como pretos (7,6%), 82

milhões como pardos (43,1%), 2 milhões como amarelos (1,14%) e 817 mil como indígenas (0,4%). (BRASIL, 2010).

Sobre a discussão dos termos raça e etnia, Machado *et al* (2013) assevera que:

A noção de raça, em termos biológicos, já foi rejeitada. Não existem raças humanas, constatação muito importante no combate ao racismo. Entretanto, a discriminação com base no fenótipo (como as pessoas são fisicamente) continua a existir. Ou seja, a ideia de raça persiste e produz sistemas de exclusão social. Por isso ainda se fala em raça: não bastou afirmar que não existem raças para acabar com o racismo. Para combater o racismo, as pessoas que são discriminadas começam a se articular em torno dessa experiência [...]. o termo “étnico-racial” foi cunhado para descrever essa combinação de diferença e exclusão atrelada à discriminação pela “imaginação” da raça. A expressão étnico-racial descreve uma população que compartilha algo (a própria experiência da exclusão e do racismo) e age politicamente para reverter essa situação. (MACHADO *et al*, 2013, p. 71).

Partindo do exposto, raça é um termo construído para diferenciar os seres humanos a partir de suas características biológicas, e etnia está relacionada a fatores culturais, não excluindo as características físicas de um povo ou grupo. Etnia é, portanto, um termo mais amplo e adequado quando nos propomos a tratar de questões raciais, preconceito e racismo.

No que tange o racismo, de acordo como o Dicionário de Ciências Sociais:

É a doutrina que afirma haver uma conexão entre características raciais e culturais, e que algumas raças são livremente superiores a outras. O racismo inclui no seu conceito de raça, indiscriminadamente, agrupamentos não-biológicos tais como seitas religiosas, nações, grupos linguísticos e grupos culturais. Dai poder ser considerado uma forma particularmente virulenta de etnocentrismo. (BRASIL, 1987, p. 1022).

Durante muito tempo se utilizou o conceito de raça para designar as diferenças entre as populações do mundo, mas se o conceito de raça já quase não é utilizado pelas ciências sociais, o termo racismo continua sendo utilizado para se referir as ações de discriminação e de preconceito quando se trata de cor. Afinal para além a raiz da palavra, racismo é um termo com significado próprio e já consolidada na língua portuguesa.

O racismo controla as relações interpessoais de uma sociedade, e ao controlá-la, ele se torna um tutor de todas as relações humanas. Para Sant'ana (2005), o racismo pode ser definido como uma desavença, uma ideia preconcebida, negativa que uma pessoa tem de outra ou de um grupo. Por isso, racismo e preconceito andam juntos. Pode-se considerar o preconceito como sendo uma interface do racismo.

Preconceito é uma ideia predeterminada que é estabelecida pelo meio social ou época em que se vive. Ele se constitui por meio do processo de socialização. Isto é, as pessoas não nascem preconceituosas, elas são socializadas em grupos que cultivam o preconceito e, por isso, desenvolvem essa atitude diante de quem lhe são diferentes, neste caso, os negros. (SANT'ANA, 2005)

Convivemos cotidianamente com várias formas de preconceito: o preconceito étnico, de gênero, racial, linguístico entre outros. Percebe-se que ele é um problema de várias sociedades no mundo e que está presente inclusive no cotidiano escolar.

Sabe-se que a escola é um ambiente de construção de identidade do indivíduo, porém seguindo o pensamento de Nascimento (2010), a escola também pode ser um local onde pode ser percebida a preferência por alguns alunos e terem negação por outros, principalmente os alunos de cor negra por parte de alguns professores. Sobre as consequências do preconceito no desenvolvimento da criança negra. A escola é o primeiro lugar onde as crianças têm contato com diferentes pessoas e culturas. Mas a escola também é o ambiente onde crianças negras sofrem os primeiros atos de exclusão e agressão tanto física quanto verbal. Seja por parte dos colegas de classe seja pelos professores. Essa situação acaba fazendo que as crianças negras não se enxerguem como cidadãos iguais aos outros e portadores dos mesmos direitos, portanto, dignas de respeito. (NASCIMENTO, 2010).

2. A questão racial e as políticas públicas

A Constituição Federal de 1988, chamada Constituição Cidadã, em seu Art. 205 defende que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Apesar do direito à educação e à igualdade serem asseguradas pela Lei maior do Brasil, o acesso à educação, ainda é negado a uma parcela significativa da população brasileira. Além de negado, o direito à educação se vê comprometido quando, mesmo tendo acesso à escola, a educação ofertada não é de qualidade e não dá ao cidadão condições efetivas para o exercício da cidadania plena. Portanto, não basta o acesso, é necessário se criar condições de permanência como qualidade. Caso isso não ocorra, o princípio da igualdade fica comprometido.

A negação dos direitos à educação e à igualdade é uma lamentável realidade brasileira, mas para os negros a situação é ainda pior. Afinal, além dos direitos negados por causa da classe social, no caso dos negros, a exclusão se estende à etnia, isto é, aos negros o acesso a educação e a educação de qualidade é uma luta cotidiana onde quase sempre os negros saem perdendo. Essa realidade pode ser percebida no alto índice de evasão escolar entre os estudantes negros.

A evasão entre os estudantes negros é consideravelmente maior que entre os brancos e o número estudantes negros no Ensino Superior é menor que o número de estudantes brancos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2011), apenas 35,8% dos estudantes negros ou pardos entre 18 e 24 anos estão no Ensino Superior. A maior parte da população negra ou parda nessa faixa etária ainda está no Ensino Médio, já entre os brancos nessa faixa etária, a maioria dos estudantes frequenta cursos universitários, isto é, 65,7% alunos.

Dentre os fatores apontados para a evasão dos estudantes negros estão: o trabalho infantil, as desigualdades de oportunidades, a violência. Sendo assim torna-se de suma importância ações que visem o comprometimento com o bem estar social desses alunos, além de dar a eles condições para que possam se desenvolver dentro da sociedade com igualdade e respeito.

Nos últimos anos tem-se percebido que o Estado brasileiro tem desenvolvido ações afirmativas no sentido de dar a população negra o acesso aos mesmos direitos que os não negros, bem como valorizar as culturas de matriz africana, bem como a criação de políticas que levem a combater o racismo e à discriminação.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou em 10 de março de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A

Diretriz foi criada com uma função reparadora e como uma forma de valorização da história cultural dos negros e a valorização da sua identidade. (BRASIL, 2013).

As diretrizes abordam orientações de propostas pedagógicas para as escolas, direcionando-as sobre os seus currículos e conteúdos mínimos a serem ensinados, nas suas diferentes modalidades da educação, objetivam garantir a igualdade no ensino e que esses conteúdos básicos não deixem de ser ensinados, não deixando de levar em consideração os diferentes contextos que esse aluno está inserido. As escolas devem trabalhar os conteúdos propostos pelas diretrizes de acordo com suas necessidades e público atendidos, bem como o contexto em que estão inseridas. (DOMINGUES, 2005).

Além das Diretrizes, a legislação tem avançado sobremaneira para o reconhecimento da importância do negro para a formação da cultura brasileira, bem como para combater atitudes de racismo e discriminatórias. Nesse sentido, a Lei nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, dispõe que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O legislador, ao propor tal lei, deu um passo significativo em direção ao reconhecimento dos africanos e seus descendentes na construção do Brasil e como é importante abordar a história e a cultura afro-brasileira desde a educação básica. Segundo a supracitada Lei, art. 26-A, parágrafos 1 e 2:

Art. 26-A

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

Outra lei muito importante, diz respeito a Lei 10.639 foi sancionada em 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o Ensino Médio. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre esteve presente nas aulas de História, mas os temas estavam relacionados à da escravidão negra africana e a contribuição dos negros para a cultura brasileira de maneira pitoresca e caricaturada. (AGUIAR, 2012). Com a lei 10.639/2003, pretende-se reconhecer a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

Essas diretrizes impactaram o currículo e a escola, no sentido de reconstruir a imagem que se tem do negro, garantindo a eles o direito de serem respeitados, valorizados e culturalmente reconhecidos. A escola como uma das principais fontes de conhecimento, pode contribuir no sentido de levar os alunos a reconstruir a imagem desvalorizada e desigual que se faz do negro, fazendo-se assim uma reeducação da visão que se tem do negro ao longo da história e que leve a sua valorização e aceitação como sujeito atuante, participante e importante da história cultural do nosso país.

Outra política de ação afirmativa em relação aos estudantes negros, e que ainda gera muita discussão são as cotas raciais. As cotas foram regulamentadas pela Lei nº 12.711 sancionada em 29 agosto de 2012. Segundo a Lei, as Universidades públicas devem destinar aos estudantes pretos, pardos e indígenas e outro grupos étnicos uma cota das vagas. A Lei veio como uma forma reparadora da desigualdade sofrida pelos negros ao longo da história do Brasil, dando oportunidade e garantia que os mesmos terão acesso à educação superior e ao trabalho, que há muito tempo lhe são negados. (DOMINGUES, 2005).

Muito tem se discutido se as cotas são uma forma de combater ou reforçar o preconceito e o racismo. Segundo os críticos do sistema de cotas, não existe nenhuma diferença física ou intelectual entre os negros e o restante da população. Para eles o problema não está na exclusão e na falta de igualdade de oportunidade sofrida pelos negros, mas sim, a má qualidade da educação oferecida aos brasileiros, em especial os egressos de escolas públicas. Nessa perspectiva, o problema seria social e econômico e não racial. (AGUIAR, 2012).

Já para os defensores do sistema de cotas, somente com a ação do Estado se garantiria aos negros um direito negado há décadas. Portanto, o sistema de cotas não seria uma forma de se afirmar a inferioridade dos negros, mas uma maneira de se reconhecer a importância histórica dos africanos e seus descendentes na construção da nação brasileira e uma forma do Estado reconhecer sua dívida para com os negros. (DOMINGUES, 2005). De qualquer maneira acreditamos que este debate está longe de terminar. Afinal, o preconceito e o racismo brasileiro são históricos, e estão ativamente presente no nosso cotidiano.

Outra importante iniciativa do Estado brasileiro no que diz respeito ao combate ao racismo foi a promulgação a Lei do Crime Racial, Lei Nº 7.716 de janeiro de 1989, que tornou o racismo um crime. De acordo com a Lei, serão punidos, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A partir da Lei do Crime Racial, a pessoa que praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, poderá ser condenada a pena de reclusão de um a três anos mais multa.

Mesmo com as ações afirmativas do Estado, podemos perceber atitudes e ações preconceituosas e racistas em relação aos negros nas mais diferentes esferas da sociedade: mídia, empresas, internet, espaços públicos e privados e, em especial nas instituições de ensino. Nesse sentido, Jaccoud e Theodoro diz que:

Observa-se, de um lado, que ações afirmativas não se reduzem a políticas de cotas e, de outro, que elas não esgotam o conjunto de políticas públicas necessárias à promoção da igualdade racial. De fato, as ações afirmativas são políticas amplas que se inserem no campo da promoção da igualdade de oportunidades, facilitando o acesso dos grupos discriminados a certos espaços da vida social. Tais políticas podem ser entendidas como complementares às políticas universais, quando estas se mostram insuficientes para garantir, em uma dada sociedade, a igualdade de oportunidade aos diferentes grupos étnicos. (2005, p. 114).

Nesta última no que diz respeito às instituições de ensino, em especial no Ensino Fundamental, a presença do racismo é preocupante, pois a escola deveria ser um espaço para promover mudanças sociais e de construção de identidade dos alunos. Um local onde prevalecesse o respeito entre os mesmos. Nesse sentido é importante destacar a

função da escola de se buscar a conscientização e transformação social, mostrando para os alunos e a toda comunidade escolar a importância do respeito às diferenças, para uma sociedade em que todos possam ser tratados com igualdade e respeito, construindo-se assim uma sociedade democrática e justa para todos.

3. A questão racial no ambiente escolar

Para melhor compreendermos como a questão racial está presente no ambiente escolar, utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário com questões semiestruturadas. O campo de empiria foi um colégio privado da cidade de Anápolis, Goiás. A pesquisa de campo foi realizada em setembro de 2016. O questionário foi aplicado à diretora do colégio e a uma professora do Ensino Fundamental.

Cabe ressaltar que a pesquisadora obteve autorização da direção do colégio para realizar a pesquisa de campo e se comprometeu a manter o nome da instituição pesquisada, bem como dos respondentes no anonimato.

Primeiramente as perguntas foram dirigidas à diretora da escola. Perguntamos à gestora quantos professores negros existem no quadro de funcionários da escola. Segundo ela são oito professores de um total de cento e oitenta. A questão que nos é colocada com esta resposta é: por que tão poucos professores negros?

Uma possível resposta, para o número tão reduzido de professores, pode ser encontrada nos dados apresentados pelo censo de 2010/2014 do IBGE. Segundo o Instituto, em 2014 o número de estudantes brancos, entre 18 e 24 anos, é de 71,4%, enquanto a de estudantes negros é de 45,5%. (BRASIL, 2014). Portanto, a chegada de profissionais negros ao mercado de trabalho será menor que a de profissionais que não são negros. Isso impactará diretamente o número de professores negros nas e na educação em geral.

Buscamos saber qual a receptividade dos alunos em relação aos professores negros. Ela respondeu que de maneira geral a receptividade é boa e que “não temos percebido atitudes de discriminação” (palavras da diretora).

Sabemos que o racismo é uma realidade em nosso país. O fato do Brasil ser um país miscigenado, não exclui o preconceito racial da nossa realidade. Mesmo não sendo evidente racismo na escola, isso não quer dizer que ele não exista, afinal, no Brasil, o

racismo, diferente de países como Estados Unidos e África do Sul, onde o racismo é explícito, em nosso país há uma tendência, fruto do mito da democracia racial, de esconder ou negar o racismo.

A seguir perguntamos a diretora se esta percebe algum tipo de preconceito ou resistência por parte dos pais ou mesmo dos alunos pelo fato do professor ser negro. Ela respondeu que sim. Segundo a gestora, já teve casos em que os pais pediram para mudar os alunos de sala, entretanto, os pais não atribuem esse pedido a questão racial, isto é, a cor do professor ou professora. De acordo com a diretora, a equipe gestora é que percebe uma certa resistência. É um racismo disfarçado e um preconceito é velado. Nesse sentido segundo Jaccoud e Theodoro:

Já a discriminação indireta (algumas vezes também chamada de discriminação invisível ou discriminação institucional) tem sido identificada como aquela cuja desigualdade de tratamento não se realiza através de manifestações expressas de racismo, mas sim de práticas aparentemente neutras. (2005, p.113)

Sabe-se que o preconceito está presente na sociedade, mas nem sempre ele é aberto ou declarado chegando a ser um tabu, isto é, as pessoas evitam falar abertamente sobre esse tema e, via de regra, as pessoas não se declaram preconceituosas. Negar a existência do racismo, do preconceito racial e da discriminação é uma maneira de contribuir com a perpetuação de atitudes racistas. Afinal, o racismo não se dá apenas através de xingamentos ou agressões físicas, mas pode ser percebido também através de ações, omissões e negações.

Questionamos a diretora sobre a quantidade de alunos negros matriculados na escola e a que ela atribuía o número apresentado. Ela respondeu que a escola tem cerca de 15% de alunos negros. O número é muito reduzido, afinal, em uma sociedade dita democrática e multicultural, há que se esperar que brancos e negros têm as mesmas oportunidades. Entretanto, a quantidade de alunos negros no colégio nos mostra uma realidade cruel, mas que reflete a realidade.

A exclusão socioeconômica a que está submetida a população negra produz perversas conseqüências. De um lado, a permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e

negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros à qual é negada a igualdade de oportunidades que deve o país oferecer a todos. (JACCOUD E BEGHIN, 2002, p.37).

Perguntamos a diretora se esta percebe atitudes discriminatórias entre os alunos não negros em relação aos colegas negros. E, se essas atitudes acontecem no dia a dia da escola, como ela lida com essa situação.

De acordo com a diretora atitudes discriminatórias, acontecem sim no cotidiano da escola. Segundo ela “é muito comum vermos brincadeiras relacionadas à cor. Às vezes as brincadeiras escondem o racismo. Mesmo assim, crianças negras, brancas, pardas etc. brincam e convivem juntas. Lidamos com o racismo fazendo projetos sobre o tema, palestras e durante as aulas” (palavras da diretora).

A seguir, aplicamos o questionário a uma professora do Ensino Fundamental. Cabe ressaltar que a professora que participou da pesquisa é mestiça.

Indagamos à professora se esta percebia diferença no desenvolvimento escolar dos alunos negros em relação aos demais. Ela relatou que não. Disse que todos os alunos se desenvolvem da mesma forma e que as diferenças no aprendizado se dão em razão de outros fatores e não em relação à cor. Segundo ela, “somos todos iguais biologicamente, o fato de ser negro não diminui a capacidade intelectual, o que pode atrapalhar no desenvolvimento e na aprendizagem é a baixa autoestima, causada pelo preconceito, fazendo assim que essa criança pense que é inferior aos demais” (palavras da professora). Nesse sentido Nascimento afirma que:

O preconceito praticado à criança negra pode e é muito perverso, ou seja, pode causar um transtorno muito grande para seu inconsciente, pois pode fazer com que ela não se reconheça, iniciando um processo de desvalorização de suas características individuais, que interferem na construção da sua identidade. (2010, p.7)

Perguntamos à professora se ela já percebeu atitudes discriminatórias entre as crianças e como ela reage diante dessas atitudes frente a essas situações. Segundo a professora atitudes discriminatórias existem sim. Brincadeiras como piadas e músicas sobre os negros são comuns. Assim como a diretora do colégio, a professora acredita

que as brincadeiras são um tipo de discriminação. Por isso, quando ela percebe essa situação, procura conversar informalmente com seus alunos e mostrar que todos são iguais, independente da cor. Outra atitude tomada pela professora é mostrar para seus alunos a importância dos negros na história e a contribuição dos africanos e seus descendentes na arte, na política, na economia e na cultura do país. Nesse sentido Nascimento, faz uma reflexão sobre o papel do professor contra o racismo ele afirma que:

A ação do professor em sala de aula tem sido nos últimos tempos tema de investigação e discussões constantes por parte dos pesquisadores da área educacional, pois a interação entre aluno e professor contribui, portanto, para o rendimento escolar, a aprendizagem e proporciona, ainda, comportamentos necessários à vida adulta, ou seja, a ação educativa exerce influência sobre os indivíduos em sua postura, valores, agressões, atitudes, crenças e modos de agir. (2010, p. 9).

Indagamos a professora se a escola desenvolve projetos relacionados à questão racial, em especial ao racismo e quais seriam esses projetos. De acordo com ela a escola não realiza projetos institucionais. O que acontece é o desenvolvimento de projetos por turma, organizados pelas professoras. Mas cada uma escolhe o tema e quando vão desenvolver tais projetos. Para Lopes:

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. (2005, p.189).

Diante do exposto, percebe-se que a questão racial na instituição está presente de forma velada, pois o preconceito também pode se dar através de brincadeiras, pois as brincadeiras são especificamente relacionadas a cor. Porém apesar das brincadeiras o convívio entre os alunos se dá de forma harmoniosa, não há conflitos por causa de questões envolvendo a cor.

Percebe-se também que, pelas respostas apresentadas, a direção e a professora primam pelo respeito à diversidade, já que não são omissas caso ocorra algum caso de desrespeito ao professor ou aluno negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que o preconceito e a discriminação racial está presente na sociedade em geral, e que causa grandes consequências as suas vítimas, porém também cresce o nível de consciência das pessoas sobre a importância de se discutir e combater o preconceito racial, bem como valorizar o negro como parte pertencente da nossa identidade cultural.

Mesmo com o avanço das políticas de combate ao racismo, nota-se que o preconceito racial está presente no cotidiano social, porém de forma não revelada e geralmente o racismo se manifesta através de brincadeiras relacionadas à cor.

Percebe-se que a forma com que a escola e os professores lidam com esse tipo de problema faz grande diferença. O combate ao racismo é na prática a luta pela dignidade da pessoa e, em especial dos alunos da educação básica, afinal, o racismo e o preconceito racial pode causar vários problemas entre os alunos como baixa autoestima e a não valorização da sua própria identidade cultural.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lilian Bastos Ribas de. **O racismo das cotas raciais**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3249, 24 maio 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21863>>. Acesso em: 15 out. 2016.

AGUIAR, Lilian Bastos Ribas de. **O racismo das cotas raciais**. 2012 Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21863/o-racismo-das-cotas-raciais.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 out 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 9 jun 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a**

obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 29 out 2016.

BRASIL. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm>. Acesso em: 29 out 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: 20 out . 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 set .2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. **Censo Demográfico 2011.** Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 set .2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. <Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 out 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB)** .Educação Básica, Diretrizes Curriculares. Brasília: MEC/ SEB/ DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Coleção educação para todos. Brasília, 2007.

BRASIL. **Dicionário de Ciências Sociais.** 2ªed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação MEC/Fundação Getúlio Vargas, 1987.

D'ADESKY, J. . **Pluralismo étnico e multiculturalismo. Racismos e anti-racismos no Brasil.** Editora Pallas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação.** N. 29 Rio de Janeiro Mai/Ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000200013>. Acesso em: 15 out. 2016.

GUIMARÃES. Antonio Sérgio Alfredo. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo. N. 13(2): 121-142, novembro de 2001.

JACCOUD,L. BEGHIN,N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002

JACCOUD, Luciana. THEODORO, Mario. **Raça e educação: os limites das políticas universalistas**. In: *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas/ Organizador, Sales Augusto dos Santos*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

LOPES, Neuza Vera. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, kebengele (org). **Racismo, preconceito e discriminação**: Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

MACHADO, Igor José Renó *et al.* **Sociologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

NASCIMENTO, Antonia Eunice de Jesus do. **Educação e preconceito racial no Brasil**: Discriminação no ambiente escolar. In: V EPAL, 2010, Maceió - Al. Pesquisa em Educação; Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social, 2010. <Disponível em: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/EDUCACAO-E-PRECONCEITORACIAL-NO-BRASIL-DISCRIMINACAO-NO-AMBIENTE-ESCOLAR.pdf/html>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

SANTOS. J. R.dos. **O que é Racismo**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, kebengele (org). **Superando racismo na escola**. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.